



No dia 20 de setembro de 2025, no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, no bairro Tancredo Neves/Beiru, em Salvador, comunidade, estudantes, educadores, lideranças sociais, conselheiros tutelares, representantes da segurança pública, do Terceiro Setor e do poder público se reuniram para realizar o 1º Fórum Popular de Educação do Beiru e Adjacências.

Um encontro que nasce da convicção de que a educação é o caminho para transformar realidades e garantir o exercício pleno da cidadania. Mais do que debater problemas, este Fórum representou o exercício real da democracia participativa, em que a voz da comunidade foi ouvida, considerada e traduzida em compromissos concretos.

O Beiru, com seus mais de 38 mil moradores, é a maior favela da Bahia e também a 10ª maior do Brasil, e carrega consigo tanto as marcas das desigualdades quanto a força de sua cultura, de seu trabalho e de sua juventude. A escola, neste contexto, não pode ser reduzida a um espaço de transmissão de conteúdos, mas precisa assumir seu papel de motor de transformação social e de espaço de cidadania viva.

Foi a partir desse entendimento que estudantes, famílias, professores e representantes de diferentes instituições construíram juntos esta Carta, reafirmando que a educação é um direito do cidadão, dever do Estado e da sociedade e, sobretudo, uma construção coletiva para a formação integral do sujeito em suas dimensões biopsicossociais.

Afirmamos princípios simples, fundamentais e inegociáveis:

- Educação é direito, não um favor;
- A comunidade é sujeito ativo e coletivo das decisões que afetam cada indivíduo;
- A gestão escolar precisa ser democrática, com transparência e prestação de contas;
- Territórios vulnerabilizados devem ser prioridade orçamentária;
- Aprender exige segurança, saúde, alimentação, mobilidade e escuta atenta;
- A juventude precisa estar no centro da aprendizagem, com vez, voz e protagonismo;
- Cultura e trabalho são dimensões do aprender ao longo da vida.



Reconhecemos sem disfarces o diagnóstico:

- Evasão, abandono e infrequência elevados, muitas vezes agravadas por barreiras simples ligadas a serviços básicos como transporte, alimentação e cuidados em casa, além da quebra do vínculo família-escola;
- Escolas cercadas por problemas do território, como trânsito caótico, lixo, insegurança, que raramente viram conteúdo pedagógico;
- Oferta limitada de educação tecnológica e profissional diante de um mundo do trabalho em mudança;
- Inclusão insuficiente para estudantes com deficiências ou TEA e apoio psicossocial aquém do necessário;
- Desigualdade digital e carência de bibliotecas e laboratórios;
- Subfinanciamento e sobrecarga de profissionais;
- Unidades escolares muitas vezes com boa infraestrutura, mas com ausência de um projeto pedagógico consistente e transformador;
- Baixa oferta de educação infantil e creches, etapas fundamentais para o desenvolvimento das crianças, e limitações na oferta de vagas suficientes para o ensino médio na idade certa.

O Fórum ressaltou a importância de que os problemas e potencialidades do território sejam reconhecidos como parte do processo educativo. A comunidade destacou que a escola não pode estar desconectada da realidade local: temas como trânsito, economia, saúde, infraestrutura, segurança, meio ambiente e coleta seletiva precisam dialogar com as disciplinas, sensibilizando estudantes e fortalecendo o vínculo com suas famílias. Assim, o ensino se torna capaz de formar jovens como agentes de transformação social dentro da própria comunidade.

Diante desse quadro, reafirmamos que não basta apontar fragilidades: é preciso agir com coragem e participação. A juventude exige que estudar não seja tratado como privilégio, mas como direito assegurado. Quer voz, vez e espaço de decisão, porque não há futuro possível sem que ela seja reconhecida como sujeito ativo da educação. A escola, por sua vez, precisa ser mais que sala de aula: deve ser corpo e alma, viva, capaz de encantar, despertar sonhos e preparar para a vida em todas as suas dimensões.



As famílias lembram que não há educação sem lares presentes. Escola e família são partes de um mesmo corpo, inseparáveis na tarefa de educar. É nesse vínculo que se combate a evasão, se fortalece a permanência e se constrói confiança e sucesso. A proteção integral das crianças e adolescentes exige a união de todos: escola, conselhos, comunidade, poder público e segurança para garantir presença, cuidado e oportunidade.

O Fórum também afirmou que o Beiru não é problema: é potência. Potência cultural, social e econômica que pulsa em seus jovens, artistas, empreendedores e lideranças. Quando essa energia entra na escola, o aprendizado ganha sentido: a música, a capoeira, o teatro, o audiovisual, o trabalho e a criatividade se tornam caminhos legítimos para formar cidadãos.

Do mesmo modo, reafirmamos que não existe educação sem paz. Mas paz não se constrói pelo medo: nasce da presença, do diálogo e da parceria. É com convivência, confiança e corresponsabilidade que se cria um ambiente seguro e propício ao aprender.

Assim, esta Carta assume compromissos coletivos:

- Valorizar a juventude como sujeito político da educação e da vida comunitária;
- Fortalecer o vínculo entre escola e família como condição essencial de permanência e aprendizagem;
- Garantir proteção integral com rede articulada de apoio e acolhimento;
- Construir uma escola viva, que encante, motive e prepare para a vida real;
- Reconhecer o Beiru como potência cultural e econômica, transformando território em oportunidade;
- Promover cultura de paz através da convivência e da corresponsabilidade entre comunidade, escola e instituições;
- Estimular a educação empreendedora nas escolas.

Entre as propostas discutidas e acolhidas no 1º Fórum, destacamos a criação do **Observatório Educacional do Beiru (OEB)**. Mais que um projeto, trata-se de um compromisso coletivo de monitorar, avaliar e propor caminhos para que o direito à educação seja efetivamente cumprido.



O Observatório Educacional do Beiru será um instrumento de inteligência cidadã e governança, que transforma dados em conhecimento estratégico para orientar políticas públicas, decisões de gestão e participação cidadã.

O Observatório Educacional do Beiru (OEB) terá como finalidades essenciais:

- Coleta sistemática de dados (quantitativos e qualitativos);
- Produção de análises críticas e comparativas;
- Transparência e acesso público às informações;
- Integração entre academia, sociedade civil e governo;
- Subsídio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Nesse sentido, o Fórum também reconheceu iniciativas que já vêm contribuindo para essa valorização do território, como o Projeto MOVA – Mobilização pela Valorização do Beiru, uma ação conjunta da Catalisa Cidades, do Movimento Via Cidadã (Fundação Paulo Cavalcanti) e da Associação Mosaico de Amor. Essas organizações têm provocado debates e construído propostas futuras que dialogam com as necessidades do bairro e incentivam a realização de ações diversas em favor da comunidade.

Sua composição deverá refletir a pluralidade do território: estudantes, famílias, docentes e gestores escolares, organizações comunitárias, Conselho Tutelar, forças de segurança, universidades e representantes do poder público municipal e estadual. Dessa forma, o OEB se tornará um espaço de democracia participativa e de corresponsabilidade, em que todos têm assento e dever de contribuir.

Propomos que o Observatório seja formalizado por meio de Projeto de Lei municipal, garantindo sua institucionalidade, orçamento e legitimidade dentro da estrutura do Conselho Municipal de Educação. Assim, não será apenas uma iniciativa pontual, mas uma política pública de acompanhamento contínuo, nascida da voz do próprio território.

Carta do 1º Fórum Popular de Educação do Beiru

Realização:



Apoio:



catalisa
cidades

O 1º Fórum Popular de Educação do Beiru e Adjacências se expressa com a certeza de que onde muitos só enxergam carência, nós reconhecemos vida, esperança e futuro. Que esta Carta seja não apenas registro, mas um compromisso público: de que a educação, quando feita com amor, cidadania e participação, é capaz de transformar territórios e pessoas, formar cidadãos autônomos e conscientes, e construir um Brasil mais justo e mais igualitário.

Salvador, 31 de outubro de 2025.

Subscvem esta carta as entidades e os atores sociais que participaram do 1º Fórum Popular de Educação do Beiru.

Confira os principais momentos do nosso encontro:



[Clique aqui ou aponte a câmera do celular para o código.](#)

move